

Funaro propõe *ainda* ~~até~~ acordo provisório com os credores

Seria um acordo pelo prazo mínimo de seis meses, e poderia ser fechado mesmo antes do acordo com o FMI. O ministro acha que o reescalonamento plurianual pode ser feito depois.



O Brasil não está interessado, neste momento, em fechar um acordo plurianual de reescalonamento da sua dívida externa, porque o País precisa acompanhar com mais calma as rápidas mudanças de conjuntura da economia mundial, para depois pensar em fechar um acordo mais longo. A idéia foi defendida ontem pelo Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, acrescentando que o Brasil negociará, a partir do início do próximo mês, um acordo provisório com os bancos credores num prazo mínimo de seis meses.

Funaro disse que a prorrogação por apenas mais três meses — como alguns bancos estrangeiros estão cogitando — “é muito pequena e inadequada às necessidades do Brasil”. Ele observou que acordos de três meses são feitos em casos de países que estão às vésperas de fechar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o que não é o caso do Brasil. “Nós vamos tentar negociar um acordo provisório com os bancos sem nos preocuparmos em fechar com o Fundo”, afirmou, mas ressaltando que não descartou a possibilidade de chegar a um acordo com o FMI.

O ministro falou sobre dívida externa em uma entrevista coletiva, convocada para apresentar os

resultados de sua recente viagem aos Estados Unidos, onde se encontrou com o secretário do Tesouro daquele país, James Baker III, e o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, além de outras autoridades.

Sobre a necessidade de fechar um acordo com o FMI para o Brasil entender-se com os bancos credores, Funaro ressaltou que os sinais recebidos em Washington, principalmente por James Baker, “não significam o final da participação do Fundo Monetário nas negociações da dívida externa do Brasil e de qualquer outro país”. O ministro observou que foi dado um passo adiante, com a possibilidade do Brasil fechar um acordo com os bancos sem o FMI.

Funaro ressaltou que deixou claro aos seus interlocutores em Washington que “o Brasil não pode continuar pagando pelos desacertos da economia norte-americana”. O ministro disse que defendeu a necessidade de uma queda nas taxas de juros internacionais, para que o Brasil e o restante dos países devedores possam ser aliviados e retomem seus processos de crescimento. Segundo Funaro, “qualquer aumento das taxas comprometeria o equilíbrio da economia brasileira

para 1986 e a retomada do crescimento”.

A próxima etapa das conversações com o Fundo, segundo Funaro, será a apresentação do programa de ajustamento para o próximo ano. O ministro disse que após a aprovação no Congresso de algumas das medidas contidas no pacote fiscal e o encaminhamento das outras por via do Conselho Monetário Nacional, decretos e instruções normativas, o plano geral será submetido em detalhes ao Fundo. Funaro ressaltou a De Larosière que o programa reduzirá o déficit operacional do Brasil em 1986 para algo entre 0,4% e 0,6% do PIB (Produto Interno Bruto).

Ainda ontem, ao tomar posse no novo cargo de diretor para a Dívida Externa, no Banco Central, Antonio de Pádua Seixas disse que se não for possível obter um acordo com o FMI o Brasil tentará negociar com os bancos credores “sem pré-condições”. Ele lembrou o exemplo da Colômbia, que acertou a renegociação de sua dívida com os banqueiros sem passar pelo Fundo, e o da Argentina, que ainda está sendo avaliada pela comunidade financeira internacional. Para o Brasil, ele acha suficiente o pacote fiscal a ser anunciado hoje.